



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

---

Excelentíssima Senhora  
Secretária de Estado  
dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade  
Dr.ª Teresa Morais

Of. nº 86/8ª – CECC/2012

23.fevereiro.2012

**Assunto:** Petição nº 93/XII/1ª - Pedido de informação ao Senhor Ministro da Educação e Ciência

Encontra-se em apreciação na Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura a Petição nº 93/XII/1ª, da iniciativa de Daniel Estevão Carvalho Faria e outros, "Pretendem que se uniformizem os grupos de recrutamento dos docentes de educação especial entre a Madeira e o continente."

Posteriormente o peticionário informou o seguinte: "não exigimos essas mudanças dos códigos de recrutamento, mas que seja criado um mecanismo para que os docentes de quadro de zona ou de escola, quando forem opositores aos concursos do continente, sejam considerados na 1ª prioridade". "Saliento ainda que o contrário já acontece, ou seja um docente dos grupos 910, 920 ou 930 já concorre na Madeira na 1ª prioridade".

Assim, ao abrigo do disposto na alínea c) do nº 3 do artigo 17º, conjugado com o artigo 20º da Lei do Exercício do Direito de Petição, conforme texto republicado em anexo à Lei nº

---

<sup>1</sup> <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetallePeticao.aspx?BID=12205>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

45/2007, de 24 de Agosto, venho solicitar o envio de cópia da petição ao Senhor Ministro da Educação e Ciência, para que se pronuncie sobre o respetivo conteúdo.

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 20.º da citada Lei, transcrevem-se as normas do n.º 4 desse artigo e do n.º 1 do artigo 23.º, respetivamente:

*"O cumprimento do solicitado pela comissão parlamentar, nos termos do presente artigo, tem prioridade sobre quaisquer outros serviços da Administração Pública, devendo ser efetuado no prazo máximo de 20 dias";*

*"A falta de comparência injustificada, a recusa de depoimento ou o não cumprimento das diligências previstas no n.º1 do artigo 20.º 2 constituem crime de desobediência, sem prejuízo do procedimento disciplinar que no caso couber".*

Com a expressão dos meus melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão,

(José Ribeiro e Castro)

<sup>2</sup> N.º 1 do artigo 20.º: *"A comissão parlamentar, durante o exame e instrução, pode ouvir os peticionários, solicitar depoimentos de quaisquer cidadãos e requerer e obter informações e documentos de outros órgãos de soberania ou de quaisquer entidades públicas ou privadas, sem prejuízo do disposto na lei sobre segredo de Estado, segredo de justiça ou sigilo profissional, podendo solicitar à Administração Pública as diligências que se mostrem necessárias".*